

# Planalto tem pressa em decretar mudanças

Da Jucursal de Brasília

O "Diário Oficial da União" deve publicar hoje a reestruturação, com criação e extinção de cargos, nos dois ministérios que são o coração técnico do governo federal: Fazenda e Planejamento. As 19h15 de ontem, no Palácio do Planalto, a decisão estava tomada. No mesmo Planalto, na véspera do 7 de setembro, o presidente José Sarney deu aval ao consultor-geral da República, Saulo Ramos, para que fossem iniciados os trabalhos na Constituição que será promulgada amanhã.

Um parecer exigindo lei complementar para o tabelamento dos juros reais em 12% aprovado pelo Congresso constituinte foi a senha. Daí em diante, diz um assessor da Presidência da República, a máquina burocrática do governo passou a obedecer a uma máxima de Galileu: "E mesmo assim ela se move". E se move com ajuda do próprio presidente, que fez publicar ontem no "Diário Oficial da União" 39 páginas

e 12 anexos criando e extinguindo cargos e promovendo modificações no sistema de controle interno de todos os ministérios civis.

Noves decretos publicados ontem tratavam da reestruturação no Conselho de Segurança Nacional, Ministérios da Habitação e Bem-Estar Social, da Justiça, da Administração e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. As modificações, segundo o assessor da presidência, têm um objetivo básico: "A criação e extinção de cargos, sendo mais criação do que extinção".

De acordo com o inciso X, artigo 48 da nova Constituição, a "criação, transformação e extinção de cargos, empregos e públicas" serão prerrogativas do Congresso.

Enquanto o consultor-geral da República, Saulo Ramos, redigia pareceres defendendo a necessidade de leis complementares, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, também com aval do presidente Sarney — a quem ajudou a convencer da necessidade dos

dribles — assinou em setembro a concessão ou renovação de 339 canais de rádio AM e FM e 29 de TV. Pela nova Constituição, cabe ao Congresso decidir sobre concessão.

Ainda como parte da estratégia de antecipação à nova Constituição, o presidente José Sarney indicou dois nomes para o Tribunal de Contas da União, o secretário-geral da Mesa da Câmara, Paulo Affonso Martins de Oliveira, e o deputado Homero Santos (PFL-MG). Pela nova Carta, será atribuição do Congresso a indicação de dois terços dos ministros do TCU.

O Ministério da Justiça teve sua estrutura alterada, o que também competirá ao Congresso. Ganhou 60 cargos DAS (Direção e Assessoramento Superiores) e, diz o assessor da Presidência, "ainda vai aparecer no 'Diário Oficial' antes de publicada a Constituição". Ontem era grande a movimentação no Palácio do Planalto e em ministérios que arrematavam as modificações de véspera. (Bob Fernandes)

## Presidente do PMDB diz que nova Constituição garante a democracia

Do enviado especial a Porto Alegre

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse anteontem à noite, na solenidade de abertura da 12ª Conferência Nacional da OAB, que "a nova Constituição não é perfeita, mas precisa ser obedecida. Nós sabemos que Constituição rasgada é Congresso fechado".

Ulysses afirmou também que a elaboração da nova Constituição foi uma longa caminhada, "cheia de tropeços e tentativas de desmoralização" e que "uma das marcas desse texto é a da coragem". Segundo ele, com a nova Carta instaura-se "o Estado de direito democrático, abrindo-se caminhos para a superação das imensas desigualdades sociais que vitimam o país". Ulysses disse ainda que existem muitos obstáculos para a

efetivação da Constituição. "Os arautos do imobilismo procurarão os meios e modos para desfazer nossas conquistas. Haverá tentativas de que esta Constituição, construída de baixo para cima, com cheiro de povo e de Brasil, não alcance toda a sua eficácia", afirmou.

O ministro Paulo Brossard, da Justiça, falou em seguida. Ele começou perguntando se a nova Carta teria durabilidade: "Criarão raízes as normas fundamentais a serem editadas, ou será mais uma experiência a somar-se à acidentada crônica constitucional do país?". Segundo o ministro, os "períodos de normalidade institucional têm encurtado", enquanto "as fases de anormalidade têm se estendido".

"Convém lembrar que a Assembleia constituinte ainda não tinha sido eleita e havia quem afirmasse

que ela seria uma constituinte sem povo: da mesma forma o apelo explícito à violência não se acanha, antes se ostenta em sua perigosa nudez. Quem apela para a violência está pactuando contra a democracia", disse.

O ministro da Justiça concluiu seu discurso dizendo que a nova Constituição terá "seus méritos e seus defeitos". "O que a todos cumpre é interpretá-la com lealdade. Uma vez promulgada será lei e, como tal, deverá ser obedecida".

O ministro disse que "o propósito do governo em relação ao texto constitucional é o de sua plena observância. Tanto que tem adiantado, em alguns setores, para que não haja solução de continuidade.

(Maurício Puls)

O enviado Maurício Puls acompanha a conferência a convite da OAB

## Cultura é considerada 'neutra' para emissão

Do enviado especial a Brasília

Montada sobre uma jamanta e transportando uma parafernália para a edição de imagens captadas simultaneamente por dez câmeras, a unidade móvel da TV Cultura de São Paulo estacionou ontem de manhã defronte ao Congresso, para o cumprimento de uma tarefa não limitada aos trabalhos do "pool" de televisão, que transmitirá, a partir das 15h de amanhã, a sessão de promulgação da nova Carta. A emissora foi considerada neutra numa surda disputa entre as grandes redes nacionais, em torno da ênfase a ser dada ao presidente José Sarney na cerimônia, e na possibilidade de se levar ao ar eventuais demonstrações de hostilidade.

O assunto foi discutido em três reuniões entre representantes das

redes de televisão e o primeiro secretário do Congresso constituinte, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA). Num desses encontros, a TVS, a Manchete e a Bandeirantes procuraram esvaziar qualquer proposta para que a Radiobrás fosse a cabeça do "pool". A Folha apurou que essas redes não perdoam à Radiobrás a censura da imagem de um deputado petista, a 1º de fevereiro do ano passado, que protestou contra o discurso do presidente do STF, Moreira Alves, na abertura do Congresso constituinte.

Essas emissoras também acusam a Radiobrás de ter permitido que a Rede Globo operasse com câmara própria em plenário naquela transmissão. E desta vez lançaram sobre a Globo a suspeita, que a emissora em Brasília nega, de querer valorizar Sarney em detrimento de Ulysses.

## Para senador, Sarney "mina" a nova Carta

Do enviado especial a Porto Alegre

O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) disse ontem pela manhã, em Porto Alegre, que o "presidente da República e, em particular, o consultor-geral da República, estão tentando minar, diariamente a nova ordem jurídica. Mal terminado o trabalho contitucional, tomam medidas que contradizem."

O senador fez estas afirmações durante sua palestra na 12ª Conferência Nacional da OAB, que versou sobre "a questão democrática". Fernando Henrique disse que a nova Carta trouxe alguns avanços institucionais importantes, como o controle do orçamento do Congresso e a reforma tributária. Sem o controle, havia uma espécie de "vassalagem dos governos estaduais".